

CÂMARA DE VEREADORES DE TERRA DE AREIA
SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: Manoel Pedro de Andrade

Secretária: Elizete Ferreira

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, reuniram-se os seguintes Vereadores Elizete Ferreira, Josuel Schneiger, Lindonês K. dos Santos, Lucas Vieira, Lucimara da Silva, Manoel Andrade, Márcio Ferrari, Mônica de Souza e Pedro Henrique Gross de forma presencial, conforme Resolução de Mesa Nº 04/2022. Assim havendo número regimental de Vereadores, o Senhor Presidente faz a leitura de um pequeno texto da BÍBLIA SAGRADA. Logo após o mesmo colocou em discussão e votação a ata da Sessão Ordinária do dia 18/08/2025, que foi votada e aprovada por Unanimidade. Em seguida solicitou a Senhora Secretária para fazer a leitura do **EXPEDIENTE**: Convite: Reunião sobre o Trânsito, com foco na sinalização viária e nas medidas necessárias para reduzir os acidentes que vêm acontecendo, será no dia 27 agosto as 14h na Prefeitura Municipal. **DO LEGISLATIVO: Pedido de Indicação nº 07/2025**: o qual sugerem ao Poder Executivo Municipal a implantação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no Município de Terra de Areia. **Projeto de Lei nº 12/2025** – o qual concede aumento real de 12% aos servidores do Legislativo do Município de Terra de Areia. **Resolução de Plenário nº 01/2025** - Altera o Art. 1º, o parágrafo único e caput do Art. 2º, o § 1º e §2º do Art. 9º e altera o caput do Art. 10º, acrescentando os parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, ambos da Resolução Legislativa nº 01/2013 e revoga a Resolução Legislativa nº 01/2015. **DO EXECUTIVO**: OF. GB Nº 170/2025 – Encaminhando as Leis Municipais nº 2.913/2025, nº 2.914/2025, nº 2.915/2025 e nº 2.916/2025. OF. GB Nº 174/2025 – Encaminhando as Leis Complementar nº 09/2025. **Tribuna**: Conforme o disposto no artigo 207 do Regimento Interno, fará uso da tribuna a Secretária Municipal de Educação, Sra. Josieli Oliveira da Silva Bobsin. Por cinco minutos. **ORADORES INCRITOS**: Não havendo oradores, o Senhor Presidente passou para o espaço de **LÍDERES DE BANCADA**. **Líder de Bancada do PP-Vereadora Mônica de Souza**: Cumprimentou a Mesa Diretora, demais colegas Vereadores, servidores desta casa e a todos que assistem. A Vereadora iniciou sua manifestação destacando que, ao realizar cobranças, está dando voz às demandas da comunidade, as quais lhe são constantemente direcionadas. Ressaltou que sua fala representa diversos pedidos recebidos, especialmente no que tange ao transporte escolar, mencionando que, embora alguns deslocamentos tenham sido realizados, muitos outros foram negados. Relatou que, conforme informações recebidas de profissionais da educação, há dificuldades dentro das escolas quanto à disponibilidade de transporte. Solicitou que os professores que entrarem em contato com seu gabinete protocolem formalmente seus pedidos, a fim de garantir o devido encaminhamento. Compartilhou experiência pessoal, mencionando que seu filho participou de um torneio no Hemenegildo após confirmação da liberação dos ônibus, o que lhe causou satisfação. Afirmou que colegas também manifestaram gratidão pela conquista, considerando os altos custos do transporte. A Vereadora expressou contentamento por sua fala ter contribuído para que outros projetos e saídas de campo fossem atendidos, reforçando que essa é sua intenção: colaborar para o atendimento das necessidades educacionais. Aproveitou a presença da Secretária de Educação para reiterar solicitações já encaminhadas, como a

construção do muro da Escola José do Patrocínio, cujo pedido foi protocolado em 25 de fevereiro. Informou que o mesmo já havia sido solicitado pelo vereador Julinho no ano anterior, e que mães continuam cobrando providências. Disse ter ido pessoalmente ao gabinete da secretária e, recentemente, recebeu imagens que mostram o muro em condições precárias. Solicitou atenção também aos Planos de Prevenção de Incêndios (PPIs), cujos documentos já foram enviados à secretaria, mas ainda não obtiveram resposta. Reforçou o pedido de informações sobre vagas em berçários e maternais, solicitado em 16 de maio, bem como dados referentes à escola de seis salas e dívidas remanescentes, encaminhados em 2 de maio. Mencionou que há diversas demandas protocoladas por seu gabinete que não têm recebido retorno, o que dificulta a devolutiva à comunidade. Citou o pedido realizado em 6 de junho, com base na Lei Municipal nº 2.473/2019, que estabelece o dever do município em adquirir e distribuir uniformes escolares, os quais ainda não chegaram aos alunos. Solicitou o cumprimento da referida legislação. Referiu-se também ao pedido de providências quanto às rachaduras e à estrutura da Escola Mascarenhas de Moraes, que atualmente está sustentada por madeiras. Informou que mães têm cobrado insistentemente esclarecimentos sobre a segurança do prédio, e que ainda não foi disponibilizado o laudo técnico de engenharia. Solicitou que o Executivo envie os documentos pendentes, a fim de que os vereadores possam cumprir seu papel de interlocução com a comunidade. Agradeceu pela explicação recebida sobre os trâmites e informou que entrou em contato com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer), colocando-se à disposição como vereadora para auxiliar no processo, inclusive oferecendo o gabinete de deputados para colaborar. Mencionou que ainda falta a solicitação da licença de fretamento dos veículos. Reforçou que sua cobrança visa o bem-estar das crianças e que não houve qualquer intenção de ofender a Secretaria de Educação. Disse que desde o ano anterior tem recebido cobranças sobre a disponibilidade de ônibus escolares e que, por isso, ficou feliz ao saber que o serviço está sendo disponibilizado às escolas. A Vereadora também abordou a situação da escolinha de futebol "Bate-Bola", reconhecendo que se trata de uma instituição privada, mas que merece apoio, especialmente por substituir o antigo programa "Educando com Esporte", que era oferecido gratuitamente pelo município. Destacou que muitos pais não têm condições de pagar mensalidades, e que o transporte representa um incentivo importante. Mencionou a aprovação, na semana anterior, de um programa de incentivo ao esporte, que poderá beneficiar escolinhas e atletas amadores de diversas modalidades. Orientou que, caso não consigam o transporte, façam o pedido formal, pois acredita que os recursos disponibilizados poderão atender. Por fim, abordou a questão da segurança pública, relatando aumento significativo de roubos em comunidades rurais, especialmente na região da Sanga Funda. Informou que veículos estacionados atrás do ginásio também foram alvo de furtos. Sugeriu a possibilidade de criação de uma guarda municipal para auxiliar a Brigada Militar, considerando o crescimento populacional e a necessidade de reforço na segurança. Agradeceu a presença da Secretária de Educação e manifestou expectativa de que, em breve, seja anunciado o reajuste salarial dos professores, cuja tramitação já passou pelas comissões, pela secretaria e pelo gabinete do prefeito, estando atualmente sob análise jurídica. Encerrou sua fala reiterando seu compromisso com a educação e desejando boa noite a todos os presentes.

Líder de Bancada do MDB- Vereador Pedro Henrique Gross: Cumprimentou a Mesa Diretora, demais colegas Vereadores, servidores desta casa e a todos

que assistem. O Vereador iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes e destacando que os recursos financeiros disponibilizados aos cidadãos devem contemplar despesas como transporte, aquisição de uniformes e inscrições em eventos. Ressaltou a importância de reconhecer o exemplo de um secretário que já atuou como vereador e, portanto, compreende as dificuldades enfrentadas no trâmite burocrático da administração pública. O parlamentar afirmou que diversos problemas foram mencionados durante a sessão e que, se houvesse tempo para elencar todos os desafios enfrentados pelo município de Terra de Areia, seriam necessárias semanas de trabalho ininterrupto. Reforçou que o papel dos vereadores não se limita à exposição dos problemas, mas à busca por soluções, sendo esse o propósito de sua atuação e o foco de sua energia. Reconheceu que, se não houvesse problemas, não haveria necessidade da existência do Legislativo. Afirmou acreditar que o trabalho realizado pela Secretaria tem gerado impactos positivos, citando como exemplo a renovação da frota de ônibus escolares e as reformas realizadas na maioria das escolas do município. O Vereador refletiu sobre as dificuldades inerentes às obras públicas, comparando-as às reformas residenciais, nas quais é possível acompanhar de perto o trabalho dos profissionais. Mencionou que, mesmo em obras particulares, defeitos podem surgir com o tempo, como ocorreu em sua própria residência, construída há dois anos, onde já foi necessário realizar ajustes no banheiro. Ressaltou que esse tipo de situação é comum e que, mesmo diante de problemas nas reformas escolares, acredita que os processos de correção já estão sendo planejados. Informou que manteve diálogo não apenas com a Secretária, mas também com a equipe de engenharia, e demonstrou confiança de que as soluções estão sendo encaminhadas. Pediu serenidade à comunidade, lembrando que, ao resolver os problemas atuais, novos desafios surgirão, pois essa é a realidade cotidiana da gestão municipal. Ao final, agradeceu pela oportunidade de se manifestar, expressou o desejo de ter contribuído com seu exemplo e colocou-se à disposição da Secretaria para colaborar com seu trabalho parlamentar. Encerrou sua fala desejando boa noite a todos os presentes. O Senhor Presidente passa de imediato para a **ORDEM DO DIA: DO LEGISLATIVO: Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 45/2025-** O Senhor Presidente colocou em discussão, não havendo quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votada e aprovada por unanimidade; **DO EXECUTIVO: Projeto de Lei nº 45/2025-** O Senhor Presidente colocou em discussão, nesse momento o Vereador Lucas Vieira fez uso da palavra: O Vereador Lucas fez uso da palavra por cinco minutos para esclarecer à comunidade o conteúdo do Projeto de Lei em pauta, que trata da legislação que rege o funcionamento do Conselho Tutelar no Município. Explicou que, anteriormente, o texto do Projeto previa que o suplente que não optasse pela vaga seria automaticamente desclassificado. Tal dispositivo resultou na ausência de suplentes para o cargo de Conselheiro Tutelar. Informou que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condica) apresentou uma alternativa baseada em rodízio, na qual o primeiro suplente que não aceitasse assumir a vaga seria reposicionado ao final da lista, sem ser desclassificado. O Vereador relatou que, após diálogo com os demais parlamentares nas comissões, considerou-se mais justo manter o suplente na primeira posição, respeitando o fato de que foi eleito por voto popular. Assim, caso o suplente opte por não substituir um conselheiro em férias ou ausente, ele permanece como primeiro suplente, sendo apenas ultrapassado temporariamente pelo segundo colocado, sem perder sua posição definitiva.

Dessa forma, o suplente permanece à disposição do município durante todo o período de quatro anos. Acrescentou que, conforme as tratativas com o Condica, está prevista a realização de nova eleição para suprir as vagas de suplentes atualmente em aberto. Ressaltou que a proposta visa regularizar a legislação para os próximos pleitos, trazendo maior equidade ao processo. O Vereador destacou que, na visão dos parlamentares e em consonância com o Condica, a nova redação representa uma medida mais justa, considerando que se trata de um cargo eletivo. Defendeu que, sempre que houver vacância, o primeiro suplente seja consultado, preservando a legitimidade do processo eleitoral. Concluiu sua fala afirmando que buscou ilustrar de forma clara à comunidade o objetivo do Projeto e encerrou agradecendo ao Presidente da Casa. Nesse momento o Vereador Márcio Ferrari pede a palavra: O Vereador Márcio fez uso da palavra por cinco minutos para discutir o projeto em pauta. Iniciou sua manifestação ressaltando aos colegas parlamentares a necessidade de dar continuidade à deliberação sobre a matéria, destacando que, conforme já mencionado anteriormente, não considera necessária a realização de nova eleição exclusivamente para escolha de suplentes ao cargo de Conselheiro Tutelar. O parlamentar reconheceu que há atualmente um titular sem suplente, mas observou que, conforme a legislação vigente, não há suplentes disponíveis. Sugeriu que seja consultada a Promotoria da Infância e Juventude para verificar alternativas legais que permitam evitar a realização de nova eleição, considerando que já se passou mais de um ano desde o último pleito. Argumentou que, caso seja possível realizar uma alteração na legislação com o aval da promotoria, isso representaria menor despesa financeira para o município e para a população, uma vez que o processo eleitoral demanda recursos significativos. Propôs que o tema seja pautado com urgência junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condica) e à Promotoria, visando a modificação da lei que permita que os candidatos que participaram da última eleição possam assumir as vagas de suplência, desde que haja respaldo legal para tal medida. O Vereador esclareceu que sua contribuição se dá em razão de alguns parlamentares não terem participado da reunião da comissão, inclusive ele próprio, que não esteve presente na visita do presidente do Condica à Casa Legislativa na tarde do mesmo dia. Ressaltou, no entanto, que permanece informado sobre a pauta, especialmente por já ter integrado ao Condica por longo período. Compartilhou sua experiência pessoal com o tema, mencionando que esteve envolvido diretamente com a doutora Cristiane e o doutor Júlio Almeida no início do processo de eleição dos conselheiros tutelares do município de Terra de Areia, tendo inclusive coordenado a primeira eleição. Declarou estar profundamente inteirado sobre o assunto e manifestou interesse em colaborar com a regulamentação da matéria, reconhecendo que a responsabilidade recairá sobre o município e sobre a secretaria competente pela administração do Conselho Tutelar. Encerrando sua fala, o Vereador agradeceu pela oportunidade de contribuir com o debate e reiterou sua disposição em colaborar com a construção de soluções adequadas para o tema. Neste momento o Vereador Pedro Henrique Gross fez uso da palavra: O Vereador Pedro fez uso da palavra para discutir o projeto em pauta, destacando inicialmente a relevância da presença, naquele dia, da presidente e do vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDICA), os quais trouxeram informações importantes sobre a legislação vigente. Informou que a referida legislação data do ano de 2000 e que, em 2023, passou por atualização. Embora se trate de uma Lei Municipal,

ressaltou que sua efetividade depende da avaliação e deliberação dos membros do CONDICA. Explicou que a emenda apresentada na sessão foi fruto de indicação dos vereadores, em especial dos Vereadores Lucas e Josuel, e que sua tramitação só foi possível após a realização de reunião extraordinária do Conselho, que autorizou o encaminhamento da proposta ao setor jurídico. O parlamentar observou que, diante da natureza da legislação, o Poder Legislativo possui autonomia limitada, devendo atuar conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho. Reforçou o posicionamento do assessor jurídico Márcio, que apresentou a viabilidade da proposta, e colocou-se à disposição para colaborar com os encaminhamentos necessários, inclusive no contexto da próxima eleição para conselheiros titulares. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de realização de uma eleição exclusiva para suplentes, considerando que tal iniciativa poderia gerar baixo engajamento da população. Defendeu que o Legislativo deve atuar para facilitar os processos e evitar ônus desnecessários ao Município. Ao final, agradeceu a todos os vereadores pelo empenho nas discussões realizadas em comissão, reconhecendo que o processo demandou tempo e diálogo produtivo. Encerrou sua fala reafirmando o compromisso da Casa com a evolução constante das políticas públicas e agradecendo ao Presidente pela condução dos trabalhos, não havendo mais quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade. **Projeto de Lei nº 50/2025-** O Senhor Presidente colocou em discussão, nesse momento a Vereadora Mônica de Souza fez uso da palavra: A Vereadora fez uso da palavra para discutir o projeto em pauta, destacando a importância da presença, naquela sessão, da presidente e do vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDICA), os quais contribuíram com informações relevantes sobre a legislação vigente. A parlamentar ressaltou que a legislação em questão, originalmente datada do ano de 2000, foi atualizada em 2023. Embora se trate de uma Lei Municipal, enfatizou que sua aplicação depende da deliberação dos membros do CONDICA, sendo o Conselho responsável por avaliar e propor alterações conforme as necessidades identificadas. Informou que a emenda apresentada na sessão foi resultado de iniciativa dos vereadores, especialmente dos Vereadores Lucas e Josuel, e que sua tramitação foi viabilizada por meio de reunião extraordinária convocada pelo Conselho, a qual autorizou o envio da proposta ao setor jurídico da Casa Legislativa. A Vereadora observou que, diante da natureza da legislação, o Poder Legislativo atua em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho, tendo autonomia limitada para modificar o conteúdo sem prévia deliberação dos órgãos competentes. Reforçou o posicionamento do assessor jurídico Márcio, que indicou a viabilidade da proposta, e colocou-se à disposição para colaborar com os encaminhamentos necessários, inclusive no contexto da próxima eleição para conselheiros titulares. Expressou preocupação quanto à possibilidade de realização de uma eleição exclusiva para suplentes, considerando que tal medida poderia gerar baixo envolvimento da população. Defendeu que o Legislativo deve buscar alternativas que facilitem os processos e evitem custos excessivos ao Município. Ao final, agradeceu aos demais vereadores pelo empenho nas discussões realizadas em comissão, reconhecendo o tempo dedicado e a qualidade do diálogo estabelecido. Encerrou sua manifestação reafirmando o compromisso da Casa com o aprimoramento das políticas públicas e agradecendo ao Presidente pela condução dos trabalhos. Neste momento o Vereador Lucas Vieira fez uso da palavra: O Vereador Lucas fez uso da palavra por cinco minutos para discutir o

projeto em pauta, destacando que a proposta trata da contratação de professores para atuação no contraturno escolar, com foco no reforço pedagógico. O parlamentar ressaltou que, conforme apontado por colegas e profissionais da educação, a pandemia provocou um desequilíbrio significativo no processo de ensino-aprendizagem. Relatou que, em diálogo com professores, foi informado sobre a existência de três níveis distintos de desempenho dentro das salas de aula: alunos com aprendizado muito abaixo do esperado, alunos em nível médio e alunos com desempenho regular ou superior. Nesse contexto, defendeu que a implementação do contraturno escolar é uma medida relevante para promover a equidade educacional, oferecendo suporte específico aos estudantes que apresentam maior defasagem. Mencionou que esse tipo de iniciativa já foi adotado em anos anteriores, com resultados positivos, e que a contratação de profissionais especializados é essencial para o sucesso do programa. O Vereador também destacou a importância do conselho de classe na identificação e análise dos diferentes níveis de aprendizagem, reconhecendo o desafio enfrentado pelos docentes ao lidar com turmas heterogêneas. Observou que, em muitos casos, alunos com dificuldades acabam prejudicando o andamento dos demais, o que reforça a necessidade de ações complementares. Enfatizou que a Secretaria de Educação tem o compromisso de não deixar nenhum aluno para trás e que o programa de reforço escolar visa justamente nivelar o aprendizado, garantindo melhores condições de ensino para todos. Parabenizou a Secretaria pela iniciativa e, ao final, mencionou que a pauta do concurso público será abordada em breve, especialmente após a regularização do plano de carreira, cuja realização considera de extrema importância. Encerrando sua fala, agradeceu aos presentes e reiterou seu apoio às ações voltadas à melhoria da educação no município, não havendo mais quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade; **Projeto de Lei nº 51/2025-** O Senhor Presidente colocou em discussão, nesse momento o Vereador Lucas Vieira faz uso da palavra: O Vereador Lucas fez uso da palavra por cinco minutos para discutir o Projeto de Lei nº 51, destacando a importância da matéria e sua origem na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, criada em 2018, período em que esteve à frente da pasta. O parlamentar ressaltou que o município de Terra de Areia vem passando por constante evolução, o que tem gerado novas demandas na área do desenvolvimento econômico. Mencionou, entre essas demandas, a possibilidade de instalação de um porto, o crescimento do turismo nas praias locais, a implantação de condomínios e o aumento do interesse de empresas em se estabelecerem no município, especialmente em relação à utilização de pavilhões industriais. Diante desse cenário, o Vereador apontou a necessidade de alteração na legislação vigente para viabilizar a concessão de incentivos às novas empresas que estão se instalando na cidade. Defendeu que o poder público municipal deve atuar como agente indutor do desenvolvimento econômico, promovendo condições favoráveis para o crescimento sustentável. Enfatizou que Terra de Areia possui localização estratégica, com acesso à BR-101, à Rota do Sol, proximidade com o litoral e com a Serra, características que reforçam seu potencial logístico e econômico. Após 37 anos de emancipação, afirmou que o município começa a concretizar esse potencial, tornando realidade o que antes era apenas expectativa. O Vereador destacou que, recentemente, já foi realizada uma alteração na legislação referente aos condomínios, e que o projeto em discussão representa mais um avanço, agora voltado à política de incentivo econômico. Reforçou que o papel dos vereadores é contribuir com a

aprovação de leis que atendam às demandas da população e, posteriormente, fiscalizar a correta aplicação dos incentivos concedidos às empresas. Concluiu sua fala afirmando que acredita que, com maior arrecadação e recursos disponíveis, será possível promover mais justiça social no município de Terra de Areia. Encerrou agradecendo pela atenção dos presentes, não havendo mais quem queira discutir colocou em votação: sendo que foi votado e aprovado por unanimidade; o Senhor Presidente passa para o espaço de **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**: Sendo que fez o uso da palavra, o Vereador Márcio Ferrari e o Vereador Lucas Vieira MDB. Nenhum Vereador mais querendo fazer o uso da palavra. Neste momento o Senhor Presidente declara encerrada a presente Sessão e convida a todos para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 01 setembro de 2025. Do que para constar, foi lavrada a presente Ata que foi digitada e são levantados os trabalhos. Eu, Secretária, a subscrevo juntamente com o Senhor Presidente e demais Vereadores.

Presidente

Secretária
